

GUERRA E PAZ

A decorative flourish consisting of three stylized, overlapping leaf-like shapes, rendered in a light gray color, positioned to the right of the word 'PAZ'.A large, solid red semi-circle that serves as a background for the text below. It is positioned in the lower half of the page, with its flat edge at the top.

A ORDEM
DE SANTIAGO
EM PORTUGAL

FICHA TÉCNICA

Coordenação editorial

Diogo Gaspar
Isabel Cristina Ferreira Fernandes

Com o apoio de

Gabriela Perdigão Cavaco
Miguel Bandeira Veloso

Comissária Científica

Isabel Cristina Ferreira Fernandes

*Investigação**Textos de Referência*

Carlos de Ayala Martínez, Universidad Autónoma de Madrid
Carlos Filipe Afonso, Exército Português e IEM-Universidade Nova de Lisboa
Feliciano Novoa Portela, Ministério da Cultura, Espanha
Fernanda Olival, Universidade de Évora e CIDEHUS
Francisco Carromeu, Instituto de História Contemporânea-Universidade Nova de Lisboa
Isabel Cristina F. Fernandes, Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, Museu de Palmela
João Luís Inglês Fontes, IEM-Universidade Nova de Lisboa e CEHR – Universidade Católica portuguesa
Joaquim M. F. Boiça, Historiador
José António Falcão, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja
Luís Adão da Fonseca, Universidade do Porto e CEPES
Luís Filipe Oliveira, Universidade do Algarve e IEM-Universidade Nova de Lisboa
Maria Cristina Pimenta, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
Maria Teresa Lopes Pereira, IEM-Universidade Nova de Lisboa
Paula Pinto Costa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Paulo Jorge Estrela, Academia Falerística de Portugal
Philippe Jossierand, Université de Nantes
Vítor Serrão, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Autores das Fichas

A.M.G. Ana Maria Gonçalves, ARKAIOS
B.B. Bernardo Bonifácio, Diocese de Portalegre-Castelo Branco
F.O. Fernanda Olival, Universidade de Évora e CIDEHUS
I.C.F. Isabel Cristina F. Fernandes, Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago
I.L. Isabel Luna, Museu Municipal de Torres Vedras
J.B. Joaquim Boiça, Historiador
J.A.F. José António Falcão, Dep. do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja
J.G.M. João Gouveia Monteiro, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
J.P.O. João Paulo Oliveira, Museu da Presidência da República
J.M. José Meco, Historiador de Arte
L.F.O. Luís Filipe Oliveira, Universidade do Algarve e IEM
L.R. Lígia Rafael, Câmara Municipal de Mértola
L.P. Luísa Penalva, Museu Nacional de Arte Antiga

M.C.P. Maria Cristina Pimenta, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
M.J.C. Maria João Cândido, Câmara Municipal de Setúbal
M.J.V.C. Maria João Vilhena de Carvalho, Museu Nacional de Arte Antiga
M.J.B. Mário Jorge Barroca, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
M.B.V. Miguel Bandeira Veloso, Museu da Presidência da República
N.P. Nuno Prates, Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça
N.V. Nelson Vaquinhas, Câmara Municipal de Loulé / CIDEHUS - UÉ
N.V.S. Nuno Vassalo e Silva, Direção-Geral do Património Cultural
P.J.E. Paulo Jorge Estrela, Academia Falerística de Portugal
P.P.C. Paula Pinto Costa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
R.G.C. Rui Galopim de Carvalho, Portugal Gemas
S.A.G. Saúl António Gomes, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
V.S. Vítor Serrão, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Revisão de Textos

Susana Pina
Alexandre Arménio Tojal
Elsa Santos Alípio
Rita Costa

Design Gráfico

José Dias - design, Lda.

Créditos Fotográficos

Augusto Cabrita Filho [35, 75, 76]
Bruno Damas [86, 88]
Departamento de Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja [12, 47, 48, 49, 50, 56, 57, 73, 104, 105]
Guilherme Cardoso [54]
Câmara Municipal de Castro Verde [72, 74, 90]
Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça [101]
Colin Paulson e António Nascimento [15, 37, 39, 40, 41, 42]
Instituto Politécnico de Tomar [1]
Isabel Cristina F. Fernandes [45, 81, 93, 94]
Jorge Branco – Câmara Municipal de Mértola [34]
José António Silva – Torre do Tombo [7,8,9,10,11]
José Manuel Costa Alves [113]
José Pessoa – Direção Geral do Património Cultural [53, 103, 107, 114]
José Ventura [21, 25, 26, 27]
Maria João Cândido [55]
Maria Mayer – Fundação Medeiros e Almeida [106]
Manuel Palma [30, 31]
Nerve – Atelier de Design Lda / Câmara Municipal de Tavira [13]
Nuno Borda d'Água [51, 52]
Paulo Jorge Estrela [108, 109, 117, 118, 119, 120]
Pedro Matias – Museu da Presidência da República [2, 3, 4, 5, 6, 14, 22, 23, 28, 32, 33, 36, 43, 44, 45, 46, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 79, 80, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 110, 111, 112, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128]
Renato Albuquerque [91, 92]
Rui Minderico [16, 18, 19, 20, 24, 29, 82, 83, 84, 85, 87, 89]
Rute Fortuna – Campo Arqueológico de Mértola [17, 28]

Impressão
SIG – Soc. Ind. Gráfica, Lda.

Tiragem
500 exemplares

Edição
Museu da Presidência da República
Município de Palmela
Edições Colibri

ISBN
978-989-689-533-4

Depósito Legal
399 214/15

Lisboa, Outubro 2015
© Museu da Presidência da República

Apoios
Município de Palmela – Gabinete de Estudos
sobre a Ordem de Santiago (GesOS)
Diocese de Lamego
Arquivo Museu Diocesano de Lamego
Câmara Municipal de Lamego

Mecenato
Lusitânia, Companhia de Seguros, SA

Agradecimentos

Institucionais

Arquidiocese de Évora, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Assembleia Distrital de Beja, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, Biblioteca Nacional de Portugal, Câmara Municipal de Castro Verde, Câmara Municipal de Lamego, Câmara Municipal de Palmela, Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Câmara Municipal de Setúbal, Câmara Municipal de Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Vedras, Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, Comando Geral da GNR, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, Diocese de Beja, Diocese de Coimbra, Diocese de Portalegre-Castelo Branco, Diocese de Santarém, Diocese de Setúbal, Estado-maior do Exército, Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar, Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, Igreja do Divino Espírito Santo do Montijo, Igreja de Nossa Senhora da Anunciada de Setúbal, Igreja de Nossa Senhora do Cabo Espichel, Sesimbra, Igreja Matriz de Oliveira do Hospital, Igreja de São Julião de Setúbal, Igreja do Senhor dos Mártires de Alcácer do Sal, Irmandade dos Passos do Mosteiro de Santos-o-Novo, Museu da Catedral de Santiago de Compostela, Museu de Arte Sacra de Grândola, Museu de Arte Sacra de Mértola, Museu Episcopal de Beja, Museu de Évora, Museu da Guarda Nacional Republicana, Museu de Lamego, Museu Militar de Lisboa, Museu Municipal de Palmela, Museu Municipal de Santiago do Cacém, Museu Municipal de Torres Novas, Museu Municipal de Torres Vedras, Museu Nacional de Arte Antiga, Museu da Presidência da República, Museu Regional de Beja - Rainha D. Leonor, Museu de São Roque, Museu de Setúbal – Convento de Jesus, Palácio Nacional da Ajuda, Palácio Nacional de Queluz, Palácio Nacional de Sintra, Parques de Sintra – Monte da Lua S.A., Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Individuais

Alexandra Encarnação, Alexandra Falcão, Alexandre Maia Tojal, Álvaro Balseiro Amaro, Álvaro dos Santos Beijinha, Ana Kol, Ana Margarida Martins, Ana Paula Amendoeira, Ana Raquel Bastardo, Ana Vaz, Anabela Ribeiro, Andrea Santiago, António Filipe Pimentel, António de Jesus Melo Loureiro, António Mendonça, António Miguel Alegria, António Pina Falcão, Aurea Maia, Bonifácio Bernardo, Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, Carlos Figueiredo, Carlos Manuel Soares Miguel, Carlos Rosmaninho, Casimiro Henriques, Célia Soares, Cláudia Sofia Oliveira, D. Antonino Dias, D. António José da Rocha Couto, D. José Alves, D. Manuel Neto Quintas, D. Vitalino Fernandes Dantas, Don Segundo Leonardo Pérez López, Eduardo Luís Nobre, Eva Raquel Neves, Fernando Miguel Alves, Flávio Miguel Fernandes Martins, Francisco Brandão Coelho, Francisco Esteves Valente, Francisco Hipólito Santanita Machado Couto, Francisco Jorge Carrilho, Francisco José Caldeira Duarte, Inês Ferro, Joana Amaral, Joana Rosário, João Carlos Morgado, João Andrade, João Louro, João Miguel Palma Serrão Martins, João Oliveira da Silva, João Vaz, Joaquim Nunes, Joaquim Nunes Ganhão, Jorge Inácio, Jorge Paulo Colaço Rosa, José Alberto Ribeiro, José Alberto Seabra, José António Falcão, José Carlos de Almeida Oliveira, José Filipe Duarte Silva, José Luís Figueira, Jorge Lopes, José Manuel Cortês, José Manuel Marreiros, José Ricardo Nazareth Carvalho Figueira, José Paulo Berger, Júlio Manuel Roxo Rodrigues, Leopoldo de Sousa Gonçalves, Lúcia Rafael, Lucília Monteiro, Luís Miguel Calha, Luís Paulo Sodré de Albuquerque, Luís Santos, Luís Sebastian, Luísa Penalva, Manuel António do Rosário, Margarida Freire Moleiro, Maria Albertina Correia, Maria das Dores Meira, Maria Inês Cordeiro, Maria José Villas Boas, Maria Mayer, Maria das Mercês Cardoso Pinto Lancastre e Távora, Maria João Vilhena de Carvalho, Manuel António do Rosário, Manuel Baptista, Margarida Freire Moleiro, Maria das Mercês Cardoso Pinto Lancastre e Távora, Maria José Villas Boas, Maria Lino, Maria Teresa Morna Duarte Silva, Maria Teresa Rosendo, Marisa Bacalhau, Mário Fernando Pereira, Marco Abreu, Michele Teixeira Santos, Miguel Rego, Natália Santos, Nelson Vaquinhas, Norberto Barradas, Nuno Andrade, Nuno Prates, Nuno Vassalo e Silva, Paulo Almeida, Paulo Jorge Estrela, Paulo Venâncio, Pedro Barros, Pedro Matias, Pedro Sá Nogueira, Pedro Santana Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Rainer Daehnhardt, Ramón Yzquierdo Peiró, Ricardo Carolino Nuno Lameira, Rui Brás, Rui Ferreira da Silva, Rui Rosmaninho, Rui Silva, Santiago Augusto Macias, Santiago Matias, Silvestre Lacerda, Tânia Olim, Teresa Abreu, Teresa Araújo, Teresa Lança, Teresa Lopes, Teresa Vilaça, Vasco Marreiros, Wilson Teixeira, Zélia de Sousa.

ORDEM DE SANTIAGO, 1551-1789

Fernanda Olival

O século XVI foi um período de grandes transformações nas Ordens Militares portuguesas: comutação do voto de pobreza no pagamento de um imposto; agregação perpétua dos mestrados de Avis, Cristo e Santiago à Coroa (1551); vinculação de boa parte dos assuntos administrativos destas instituições à Mesa da Consciência; atribuição dos hábitos e comendas em função de prévios serviços realizados à realza (tópico consagrado a partir de 1570); exigência de 18 anos como idade mínima para professar (1570); adoção dos estatutos de limpeza de sangue e de ofícios (bula de 18 de Agosto de 1570).

A Ordem de Santiago não escapou a estas mudanças. Aliás, a partir da agregação à Coroa e da introdução da Mesa da Consciência como entidade que tratava da maior parte dos assuntos das Ordens Militares, a gestão dos três mestrados foi muito semelhante. A especificidade de cada uma destas milícias tendeu a esbater-se.

Se no tempo de D. Jorge de Lencastre como governador ou «mestre» desta Ordem (1491-1550) esta era, talvez, a mais importante das três milícias, a situação alterou-se a partir da segunda metade do século XVI. O prestígio e a atractividade da Ordem de Cristo aumentaram e a de Santiago desceu. O facto dos monarcas usarem apenas a insígnia da Ordem tomarense, bem como o elevado número de comendas desta Ordem contribuíram fortemente para isso. Chegar a comendador era uma distinção muito relevante e que tinha a vantagem de permitir o usufruto de rendimentos por vezes muito significativos. À medida que Lisboa se consolidou como capital do Reino, o convento de Palmela tornou-se periférico. Estava longe dos centros de decisão política, tal como o de Avis ou de Tomar.

O próprio capítulo geral (assembleia de todos os membros da ordem, fossem cavaleiros, conventuais ou clérigos das igrejas do padroado) perdeu relevância como fórum de regulação da vida da Ordem e o mesmo se diga do directório designado os «Treze», uma especificidade desta milícia. Depois da morte de D. Jorge, que se conheça, a Ordem reuniu capítulos gerais em 1550, em 1564 e em 1619, o último da história da Ordem. O primeiro, que não terá passado de um ajuntamento para o monarca tomar posse do mestrado, contou com

a presença de 98 cavaleiros. Em 1564, estiveram presentes 69 cavaleiros e 82 clérigos. Em 1619, o capítulo geral congregado em Palmela abriu com a presença de Filipe III, que se encontrava de visita a Portugal. Ali terá jurado, como governador e perpétuo administrador da Ordem de Santiago, obediência ao Papa e respeitar os privilégios da Ordem e os seus definitórios, bem como tudo o que nesta assembleia fosse aprovado. Do definitório que se seguiu, resultaram os estatutos que só foram impressos em 1694, por iniciativa de um impressor, e aparentemente sem licença «do Mestre». Foram os últimos que se editaram respeitantes a esta Ordem.

Ao longo do período Moderno, os cavaleiros eram nobres como quaisquer outros. Apenas se distinguiam pela insígnia que usavam à lapela ou ao pescoço e no manto. Era um símbolo de nobreza e de pureza de sangue. Muitos mal contactaram com o convento no decurso das suas existências. Pertencer a uma Ordem, neste período, não implicava uma vida em comum, nem mesmo afinidade com outro cavaleiro. Os de Santiago, embora não fossem muito numerosos, eram de sobremaneira desiguais do ponto de vista do estatuto social, o que tinha implicações. Professaram nesta Ordem sobretudo elementos da aristocracia, que recebiam as comendas, e um grupo razoável de gente com ocupações ligadas a atividades marítimas, como pilotos e mestres da Ribeira das Naus e afins. Muitos destes só conseguiram tornar efectiva a insígnia depois de dispensados nos defeitos de nascimento como era a «mecânica» (trabalho manual). Santiago era uma Ordem que reunia elementos dos dois extremos da pirâmide nobiliárquica, sem um significativo médio termo.

Esta ordem marcou muito a vida local, principalmente na faixa litoral do Alentejo e no Algarve. Era nessa zona que se concentravam as 85 comendas que tinha em 1611. Na sequência da Reconquista fora a Ordem que recebera maior número de vilas com jurisdição, nas quais foram eretas comendas. Na época Moderna, a Ordem, a pouco e pouco, perdeu o poder de confirmar as câmaras, com poucas exceções. Muitas destas preceptorias, no entanto, eram apenas constituídas por dízimos. Em Setúbal muitas delas equivaliam ao rendimento de fornos (um de olaria e 12 de cozer pão) de pequeno lote.

Graça ao padroado sobre muitas igrejas, a Ordem de Santiago teve também uma marca forte na vida religiosa local. Nomeava, quase sempre por concurso, muitos priores, beneficiados e capelães.

Em 1789 (carta de lei de 19 de Junho), D. Maria reformou as Ordens Militares. Fê-lo apenas na parte respeitante aos cavaleiros e sem se imiscuir com Roma. Os objectivos consistiam em tornar a insígnia mais distintiva e em aumentar o poder dos monarcas sobre as Ordens. Foi então que se introduziram graus e hierarquia. Passaram, assim, a existir os seguintes lugares, no âmbito de cada milícia, por ordem crescente: cavaleiro, comendador e grã-cruzes. O rei como grãomestre ou rainha como grãestra apenas podia nomear ilimitadamente cavaleiros. Para os dois postos cimeiros havia restrições: o número de comendas disponíveis delimitava naturalmente o número de comendadores e para as grã-cruzes foi fixado um *numerus clausus* e a idade mínima de 40 anos.

Admitia-se, no entanto, a promoção de um patamar a outro e para chegar a grã-cruz não era obrigatório começar por ser cavaleiro. As veneras ou insígnias, pelo respetivo formato, tinham também de exprimir a hierarquia descrita. Os monarcas na qualidade de mestres passaram a intitular-se grão-mestres, como era usual na Ordem de Malta e em Ordens de Cavalaria coevas; teriam de usar a placa com a insígnia das três Ordens e não apenas a venera da Ordem de Cristo.

Ainda por esta reforma, cada insígnia passou a estar consagrada a um determinado grupo ocupacional ou a um perfil de serviços. Assim, a de Santiago foi destinada aos que serviam na magistratura, inclusive até ao lugar de desembargador da Casa da Suplicação.